

Texto Introdutório

João Carlos Correia

Universidade da Beira Interior

Rogério Santos

Universidade Católica Portuguesa

Em Portugal, tem-se verificado a ausência permanente de uma área de investigação que especificamente assuma a problemática da Comunicação e Política nos fóruns que geralmente se dedicam aos estudos comunicacionais.

Poderá, à laia de explicação, sustentar-se que essa ausência manifesta, eventualmente, um receio do ecletismo, dada a vastidão que estes dois conceitos, pela sua monumentalidade, obviamente convocam. Porém, epistemologicamente, já não constitui uma surpresa dizer-se que a delimitação de um corpo de saberes se vai afirmando pela presença dos conhecimentos e saberes efectivamente presentes nas realidades institucionais que o corporizam: revistas, grupos de trabalho, projectos, escolas, etc. Assim, a causa pode ser mais objectiva: a Comunicação e Política não conheceu o desenvolvimento que merecia graças, provavelmente, à presença, em Portugal, até à história recente, de um autoritarismo pouco cosmopolita, sem propensão para se expor à opinião e aos fenómenos da Comunicação ao qual se sucedeu um conjunto de desenvolvimentos atípicos na constituição de uma indústria cultural e mediática que correspondesse à efectiva configuração de um sistema de comunicação de massa.

A situação portuguesa reflectiu, demasiado tempo, a esfíngica face pálida de um academismo austero a que a opinião, o público e a imagem afligiam de um modo que era coerente com a expressão do seu pensamento político. Tais contextos teriam deixado atrás de si como traços ainda sobreviventes no espaço público português, o desprezo pela política e, especialmente, pela opinião do homem comum, traduzindo o desenvolvimento de uma linha política avessa às noções modernas de legitimidade, reforçando a ausência de uma indústria cultural e mediática forte e dotada de autonomia, minimizando um público de leitores e de espectadores interessado pela vida cívica.

Posteriormente, Portugal desenvolveu em uma ou duas décadas, o caminho que, em muitos países, já vinha sendo traçado desde a Segunda Guerra Mundial. A academia, graças à confluência destes dois fenómenos – estagnação seguido de uma aceleração súbita - tem sido relativamente lenta a responder às necessidades de um estudo sobre as relações entre comunicação e política. Tem respondido, mas de forma pouco sistemática, sem estudos permanentes nem Grupos de Trabalho direccionados para esta matéria.

A constituição de uma mesa no Congresso da SOPCOM foi uma tentativa de colmatar esta ausência que se configurava como uma lacuna científica grave no estudo de questões que se prendem muito directamente com o exercício da cidadania. Com efeito, os traços atrás enunciados explicam o lento despertar da análise dos fenómenos de comunicação política. Porém, a esfuziante erupção das relações entre Comunicação e Política na última década e meia com a profissionalização da política a atingir, pelo menos nalguns aspectos, os níveis verificados noutros países, fazem com que seja necessário tornar mais duradouros e sistemáticos os esforços que se fazem neste domínio.

Ao nível global, deparamo-nos com a generalização de uma série de fenómenos que são comuns a diferentes latitudes e que se tornam cada vez mais visíveis. O núcleo de problemas que pode ser abordado neste corpo de saberes genericamente designado por Comunicação e Política cruza-se com o cerne da modernidade, a propósito de temas tão diversos como sejam a legitimidade do poder, as relações entre público e privado, o segredo de Estado e o consentimento dos governados.

Por outro lado, tal análise surge envolta pela urgência: as democracias liberais convivem diariamente com uma indefinição quase estrutural dos limites atribuídos aos papéis a desempenhar seja pelos políticos seja pelos *media*. Essa indefinição gera momentos de perplexidade e zonas de sombra que reclamam por estudo e aprofundamento de conceitos.

A problemática da legitimidade alargou-se, à medida que cada vez maiores exigências foram sendo colocadas ao domínio público no sentido de este responder a expectativas dos cidadãos que evoluíram, até há pouco tempo, num sentido sempre ascendente. As formas políticas correspondentes ao capitalismo global contemporâneo originaram um constante défice de legitimidade, exactamente pelo facto de a laicização do mundo não

permitir que uma única narrativa se afirme como predominante, seja através do direito natural seja através de uma religião ou de uma ideologia hegemónica e totalizante. O acesso de crescente número de excluídos à visibilidade acentua este défice, na medida em que sublinha o pluralismo, a contingência e a incerteza. Há uma aceleração da dialéctica entre inclusão e exclusão no acesso ao espaço mediático. O problema da legitimidade das decisões política nunca foi transferido, de forma tão intensa, para a chamada “Opinião Pública”. Independentemente dos debates sobre este conceito de difícil precisão, vão longe os tempos em que bastava evocar o santo nome dessa deusa chamada «Razão de Estado» para justificar decisões políticas dolorosas. Hoje, constantemente se invoca a legitimidade de decisões em nome do apoio da opinião pública e do consentimento dos governados. Cada vez mais, os discursos produzidos no âmbito da acção política inclusive por parte dos decisores carecem do reconhecimento dos *media* para obterem visibilidade, verificando-se uma adequação dos discursos tradicionais acerca dos assuntos públicos às necessidades organizacionais e às convenções narrativas dos *mass media*.

Apesar da enorme concentração verificada nos meios de comunicação social, um governo que falte à verdade de forma demasiado ostensiva mesmo com apoio de *media* poderosos, pode ser confrontado com instâncias de comunicação informal que não controla. De um lado, dos cidadãos comuns, existem formas de comunicação informal, ocasional, directa e espontânea, que funciona como um elemento natural de politização que pode, ocasionalmente, tornar-se politicamente relevante. Por outro lado, mesmo os grandes *media*, responsáveis por confiscarem a função de agendamento em prol de elites que a eles acedem, mesmo aí, os jornalistas e editores confrontam-se com lógicas de interesses conflituais e com a voracidade dos *media*, com os imperativos económicos da concorrência, com os imperativos normativos da deontologia, com os imperativos funcionais do profissionalismo e com as pressões da opinião pública informal.

Tais desenvolvimentos estruturais ajudam a relançar discussão sobre as condições de viabilidade de um espaço público informal, o qual é em larga medida, mediatizado. Torna-se necessário averiguar da existência de fluxos entre a constituição da opinião e a tomada de decisão institucional. Tal requer uma análise exigente da forma como está organizado o espaço público contemporâneo, identificando quais as suas instituições, constrangimentos e desigualdades.

No caso específico de Portugal, as transformações verificadas nas relações entre comunicação e política incluíram um número tão extenso quanto significativo, a saber: a mutação generalizada das condições empresariais e tecnológicas em que se desenvolve o mercado dos *mass media* nomeadamente a estabilização empresarial da imprensa; a consolidação do modelo concorrencial de televisão e de radiodifusão; a aparição da Internet seguida da migração de uma parte significativa de diversas formas de comunicação pública para este novo «ambiente»: a segmentação de alguns *media* clássicos com a democratização do cabo e do satélite, a fragmentação do mercado com o *pay per view television* e a alteração radical que se adivinha das plataformas tradicionais de distribuição do conteúdo de alguns *media* clássicos, com a previsível modificação ou transformação de alguns formatos estabelecidos.

Portugal, em menos de trinta anos passou de uma sociedade fortemente rígida do ponto de vista comunicacional – caracterizada por um monopólio público de televisão exercido em condições de um férreo e monolítico controlo governamental e de uma imprensa relativamente incipiente no que respeita à sua profissionalização coarctada de condições políticas e económicas que permitissem o exercício de uma actividade concorrencial – para um modelo empresarial de livre concorrência plena e agressiva a que se adicionam as constantes novidades resultantes do fenómeno geralmente designado por «Sociedade da Informação».

Esta evolução incluiu fenómenos como sejam a profissionalização das sondagens e dos estudos de opinião, o desenvolvimento do *marketing* político, o reconhecimento efectivo pelas máquinas partidárias da dimensão comunicacional da política, a apresentação de exigências relativas a competências comunicacionais aos aparelhos políticos clássicos que levou a uma alteração lenta mas efectiva da forma e substância do agir político ao nível da sua retórica e dos seus protagonistas, a relativa desvalorização das questões substanciais, importantes mas complexas e pouco atraentes em detrimento das questões formais, centradas na necessidade de ser, acima de tudo, apelativo.

Tudo isto se joga num ambiente comunicativo em que alteração da composição social das audiências e a revitalização do modelo comercial de comunicação implicam o triunfo do entretenimento, do espectáculo e da personalização das notícias.

Neste contexto, o tema das relações entre Comunicação e Política dissemina-se por vários projectos, linhas de investigação e grupos de trabalho. Pretendeu-se, assim, dar, mais uma vez, expressão a estes primeiros sinais e lançar os primeiros passos no cruzamento destas áreas de investigação e aprofundar ou, nalguns casos, gerar o intercâmbio entre investigadores

Esta mesa incluiu:

"Subsídios para uma Teoria das Crises Políticas" de
António Mira Marques Mendes (GlobalCom e Escola Superior de Comunicação Social
de Lisboa-IPL);

O Lançamento da Moeda Europeia e os seus Enquadramentos na Imprensa" de Maria
João Silveirinha (Universidade de Coimbra).

"Uma Abordagem Exploratória à receptividade da opinião publicada em Portugal"
de Antónia Anjnha Barriga (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da
Empresa/Instituto Superior de Serviço Social de Beja);

"Impacto das políticas públicas para a imprensa regional em dois jornais diários com
sede em Braga"
de Luísa Teresa Rebolo Ribeiro (Universidade do Minho)

"O discurso dramático da nova imprensa partidária portuguesa"
de Pedro Diniz de Sousa (ESCS)

"A Estratégia de Comunicação do XVII Governo de Portugal"
de Hália Costa Santos (Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, Instituto Politécnico
de Tomar)

"A recepção da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão na
Imprensa Portuguesa no ano de 1789"

de Isabel Salema Morgado, Universidade Nova de Lisboa/Fundação para a Ciência e Tecnologia)

"Identidade e políticas de reconhecimento na sociedade de rede"

de Gil Baptista Ferreira (Universidade Católica Portuguesa)

"Arendt: uma perspectiva feminina do espaço pública"

de Carla Martins, (Univeridade Lusófona de Humanidades e Tecnologias)

As comunicações apresentadas à mesa analisaram diversas perspectivas sobre as relações entre o sistema político e o sistema mediático por impacto dos *media* quer nos processos eleitorais quer nos processos de decisão política quer, ainda, nos processos de formação da opinião pública em contextos diversificados da história. Acolheu uma diversidade de perspectivas igualmente úteis para as Ciências da Comunicação e para a Comunicação Política, como sejam a Ciência Política, a Sociologia da Comunicação, a Filosofia Política e a Análise de Conteúdo. Analisou temas centrais das Ciências da Comunicação como sejam a opinião pública, espaço público, identidades, deliberação, agendamento e enquadramento.

A preocupação dos responsáveis pela selecção, foi não procederem ao afunilamento por insistência num ângulo de abordagem. Por outro lado, quiseram privilegiar os temas do presente e, ainda, os temas cuja dimensão comunicacional é evidente. Nesse sentido, a maturação de uma área nova na Comunidade Científica de Ciências da Comunicação terá que implica, também, o arrojo de separar águas e consolidar caminhos próprios.